

Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades

Circe Maria Fernandes Bittencourt¹

Resumo: Este artigo analisa as concepções que regeram o ensino de História da América nos programas e manuais escolares brasileiros do século XIX aos dias de hoje, lançando luz sobre projetos e afirmações identitárias que a elas correspondem.

Palavras-chave: ensino de História, História da América, currículo, plano de curso, livro didático, disciplina escolar, identidades, identidade nacional.

Abstract: This article analyses the conceptions that based American History studies in Brazilian schools and schoolbooks from the 19th century onwards, shedding light on the national and continental identities they plan or help to build.

Keywords: History studies, History of America, curriculum, program, schoolbooks, school subject, identities, national identities.

Os programas e planos de ensino do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro na fase imperial incluíam tópicos da história da América, conforme demonstra Arlette Medeiros em seu estudo sobre os compêndios de História do Colégio Pedro II entre os anos de 1823 a 1920:

Os três últimos itens do programa [de 1856] referem-se à América ‘Estados Unidos, México e América Central: épocas de sua independência, série de suas administrações e revoluções; América do Sul: Geografia da América do Sul antes de suas revoluções para a independência; geografia sucessiva até o estado atual; seus principais governos, guerras e tratados’. (Gasparello, 2004)

No PCN de História para as 5^a e 8^a séries do ensino fundamental de 1998 encontram-se várias sugestões de temas de história da América, dentre elas: “*Relações entre a sociedade, a cultura e a natureza na História dos povos americanos na Antiguidade e entre seus descendentes hoje*”; “*Relações de trabalho em diferentes momentos da*

¹ Professora de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP.

História dos povos americanos, “Processos de constituição dos Estados Nacionais na América, confrontos, lutas, guerras, revolução.” (PCN, MEC, p.70, 58, 60)

Conteúdos escolares de história da América, como se pode constatar pelos planos e propostas curriculares, têm sido encontrados em vários momentos da trajetória escolar brasileira. Povos e países da América Latina e também dos Estados Unidos têm feito parte de vários livros didáticos, tendo sido incorporados como objetos de estudos, com maior ou menor intensidade, no currículo escolar a partir do século XIX aos dias atuais.

Ao constatar a presença irregular, mas com certa constância, de tais conteúdos históricos escolares surgem algumas indagações que se constituíram no eixo das reflexões dessa abordagem sobre o ensino de história da América: por que e o que tem sido ensinado de História da América para os estudantes brasileiros?

História da América e Identidade Nacional

A presença da História nos currículos ou programas escolares a partir do século XIX, conforme demonstram vários estudos no Brasil e em vários outros países que tratam da história das disciplinas, está relacionada ao papel pedagógico da escola na constituição de uma identidade nacional. Uma identidade nacional moldada em torno do Estado-nação criada por setores sociais que dominaram, entre nós, o poder político e econômico a partir de 1822. A contribuição para a constituição de identidades tem sido o que se espera do ensino escolar de História e muitos historiadores dedicaram-se e continuam se dedicando a essa tarefa iniciada pelos intelectuais criadores dos IHGBs.

A História escolar tinha, naquele momento, como uma de suas finalidades principais contribuir para a constituição de uma identidade nacional moldada sob a ótica eurocêntrica. A nossa identidade nacional era fundada no princípio de uma genealogia cujas raízes situavam-se na Europa branca e cristã.

Esta concepção identitária predominante até meados do século passado foi responsável pela organização curricular do Colégio Pedro II no qual a história efetivamente estudada era a denominada História Universal (mais tarde História da Civilização) e a História Sagrada. Esse foi o currículo predominante nas escolas secundárias, lembrando

que o currículo desse colégio servia de modelo para os demais colégios do país e era a partir dele que se elaboravam os livros didáticos. A História do Brasil acompanhada pela Geografia ou Corografia do Brasil possuía uma carga didática extremamente reduzida se comparada à reservada à História Universal e Sagrada, sendo limitada às aulas das últimas séries do nível secundário. A existência de uma “cadeira autônoma” de História do Brasil, com docente especialmente contratado nem sempre foi constante nesse percurso da história da disciplina:

...No período republicano, a **História do Brasil** perdeu sua autonomia, pois voltou a pertencer à cadeira de “História Universal”. Quais os motivos que justificariam tal mudança? Na prática escolar essa nova organização curricular traduzia um desprestígio da **História do Brasil**, cuja cadeira é suprimida, e seus assuntos incorporados à cadeira de História Universal, com o adendo especialmente a do Brasil, sob a responsabilidade de um único professor. (Gasparello, 2003, p.89, grifos da autora)

A situação pouco privilegiada da História do Brasil não se modificou muito nos estudos secundários até o período da Reforma Capanema de 1942 ao se consolidar o ensino de História do Brasil como disciplina autônoma e com carga didática semelhante à da História Geral. Mas mesmo com essa maior valorização na época do predomínio do ideário de “nacionalismo de direita”, a concepção de uma “genealogia” européia explica as razões da existência da História do Brasil a partir do advento da Idade Moderna. Esta concepção explica a organização que ainda hoje predomina nos livros didáticos para o nível secundário nos quais a História do Brasil começa necessariamente em Portugal, nosso berço identitário da língua, religião, de pertencimento à civilização. Nesse contexto identitário onde situar a história americana?

A América integrava os estudos da História Universal conforme se verifica nos Planos de Estudos do Colégio Pedro II anteriormente apresentados. Os tópicos essenciais do estudo centravam-se na temática essencial para a época: como as antigas colônias se transformaram em Estados Nacionais, processo considerado como “revolucionário” para o caso dos Estados Unidos e demais países latino-americanos. O predomínio de estudos sobre os Estados Unidos foi sempre constante. Verifica-se que logo após a instalação do regime republicano, com o desprestígio da história nacional, há uma ampliação de “pontos” sobre a história americana (5 em um total de 41), com destaque para estudos do período colonial e um certo destaque para o tema da escravidão.

Nas primeiras décadas da instalação do regime republicano assiste-se a um confronto entre setores da intelectualidade brasileira encarregados da redefinição da organização educacional. Tais confrontos se expressam nas tentativas de ampliar os estudos da história da América por parte de um grupo liderado por Manuel Bomfim no Rio de Janeiro. Os estudos da história da América corresponderam a tentativas de se deslocar uma constituição identitária forjada sob os moldes europeus para o espaço americano, então criador de novos projetos para as nações do continente americano.

Não foi, portanto uma obra do acaso que ampliaram conteúdos da História americana no interior de uma “história da civilização” e de forma mais contundente, houve a proposta de se introduzir mesmo no ensino primário o ensino de História da América. A proposta de Manuel Bomfim, que ocupava no final do século XIX o cargo de Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, preconizava a introdução de História da América para a Escola Normal encarregada da formação de professores das escolas primárias. Como resultado dessa proposta surgiu o primeiro manual didático brasileiro de História da América, ganhador do concurso promovido pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Rio de Janeiro e escrito por Rocha Pombo. Essa obra representava uma versão sobre os caminhos a serem seguidos pela recente república que finalmente se inseria no mundo do republicanismo americano, liberto da escravidão e que deveria se preocupar com seu papel frente ao imperialismo europeu e reconhecer a mestiçagem de seu povo como portador de um novo tipo de “civilização”. Manuel Bomfim, em várias de suas obras, relativizou o ideal civilizatório ocidental e propunha a necessidade de confrontar o domínio de uma cultura sobre as demais em nome de uma questionável “civilização” que massacrava povos indígenas e criadora de uma escravidão justificada pelos princípios de “raça superior”. O autor Rocha Pombo seguidor dos mesmos princípios assim expôs esse ideário em sua obra didática de 1900:

[...] E eis aí a massa de gente que tinha de eliminar as populações indígenas do Novo Mundo. Por toda a parte andava essa gente proclamando o seu direito de raça mais culta e mais nobre e sem ver desde logo nos habitantes das terras conquistadas mais do que raças inferiores e vis, contra as quais tinha o europeu os mesmos privilégios que tem o homem sobre a animalidade. E, portanto, em todas as colônias, foi-se cuidando de tirar o maior proveito possível da pobre besta. (Rocha Pombo, 1900, p.86)

Seguindo os mesmos princípios, Rocha Pombo escreveu logo após sua obra didática de 1900 uma *História da América* para alunos do ensino primário.² O livro é dividido em 4 períodos, iniciando com a descrição da flora americana, povos aborígenes e ressalta o império do México e do Peru. No período colonial, entre outras lições que trazem problemas que apenas recentemente foram introduzidas (ou reintroduzidos), existe uma delas denominada *Lutas de resistência dos mexicanos à conquista dos europeus* assim como existe uma lição sobre as lutas internas dos conquistadores no México e no Peru. Interessante ainda sobre esta obra é a incorporação da colonização portuguesa, inglesa e francesa assim como todo o processo de independência no qual destaca, também de maneira inédita, o Haiti. As lições *Integração das nacionalidades americanas* e a denominada *Prognósticos dos destinos do Novo Mundo* indicam, sem dúvida, o sentido de uma renovação identitária do Brasil junto aos demais povos da América.

Esse momento de debates sobre os rumos políticos da recente república possibilitou a introdução, portanto, de uma história da América integrante de um projeto de identidade nacional diferenciado dos anteriores mas que, evidentemente, não se consolidou e nem se tornou predominante.

Nos anos seguintes a identidade nacional permaneceu centrada na Europa vista sob a ótica francesa civilizatória e o ensino de História da América proposto a partir da reforma de Francisco Campos de 1931 mantinha os mesmos princípios. A versão dominante de uma história política mantinha os países da América Latina e o Brasil como simples apêndices de uma dominante História da Civilização criada pela raça branca. As dificuldades das elites desses países na condução de uma política capaz de conduzir aos estágios mais avançados da civilização e do progresso capitalista residiam na mestiçagem do “povo” avesso ao progresso industrial.

Na fase da política da “boa vizinhança” as únicas mudanças foram os estudos da História da América baseados em um conteúdo que destacava a formação populacional das Américas comparando o “povo” norte-americano empreendedor e predominantemente ariano com os milhares mestiços morenos da América de colonização portuguesa e espanhola. A partir de 1951, por intermédio de um programa oficial, o ensino de História da

² Na Biblioteca do Colégio Pedro II existe uma 2ª edição dessa obra datada de 1904 mas não sabemos quando foi publicada a 1ª edição..

América tornou-se obrigatório para a 2ª série ginasial. De maneira geral, as obras didáticas produzidas para esse segmento apresentavam a história americana sob os mesmos pressupostos da História do Brasil, diferenciando apenas quanto à valorização dos maias, incas e astecas, povos denominados de pré-colombianos, assim como sua destruição frente ao maior poder tecnológico dos europeus e, após essa apresentação inicial desapareciam definitivamente da história da América. Na seqüência, a organização dos estudos seguia a mesma lógica: a colonização civilizatória, o processo de independência e a situação atual das repúblicas, com ênfase nos Estados Unidos. A História da América, ao ser dada separadamente da História do Brasil, não possibilitava um estudo sincrônico e, portanto, de difícil entendimento da inserção do Brasil em uma história americana. Restava a possibilidade dos alunos apreenderem o sentido de uma identidade latino-americana à qual o Brasil não pertencia.

História da América e identidades com o mundo capitalista

O estudo da história americana, após uma ausência no decorrer da primeira fase do regime militar, foi retomado no final dos anos de 1970 e, sobretudo, nos anos de 1980 com novas finalidades. Tratava-se de entender a inserção do Brasil no sistema capitalista e seu alinhamento junto aos países “subdesenvolvidos”. Eram criadas identidades econômicas que situavam as semelhanças do processo histórico de toda a região denominada *América Latina* sob as categorias interpretativas que opunham “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”, “países do 1º mundo” e “países do 3º mundo”. O imperialismo norte-americano possibilitava concepções de uma América Latina atrasada por uma outra América, rica e dominante. As interpretações baseadas nas teorias de dependência penetraram na produção didática destinada para alunos do então denominado 2º grau. Uma análise da produção historiográfica contrapondo à didática do período assim apresenta os problemas:

A Teoria da dependência também penetrou, de certa forma, nos livros didáticos. Na maior parte das vezes encontramos simplificações que reduzem a História da América latina a etapas sucessivas de dependência econômica: a dependência colonial, a dependência primário-exportadora, a dependência tecnológico-financeira. (Beired et alii, 1988, p. 219).

E ainda os autores acrescentam os problemas relativos a generalizações que impendem a compreensão das situações internas, particulares e regionais:

Um exemplo significativo dessa **perspectiva generalizante** é a maneira como são ignoradas as diferenças marcantes entre a Região do Prata e a Região Andina. Muitos livros didáticos, ao tratarem do período colonial, dão a entender que toda a economia da América Hispânica girava em torno da extração de metais preciosos pois somente discorrem sobre o Peru, a Bolívia e o México. (Beired, 1988, p. 222, grifo dos autores)

De uma identidade nacional e capitalista a múltiplas identidades

Mais recentemente novas perspectivas têm sido introduzidas no ensino da História da América que merecem algumas reflexões sobre o papel do professor na constituição da disciplina e na seleção dos conteúdos significativos.

Existe uma tendência, notadamente, nos manuais didáticos em apresentar “uma história integrada” sem as tradicionais divisões de História Geral, História do Brasil e História da América, em um esforço de constituir um tempo sincrônico que identifique as relações históricas de sociedades situadas em espaços diversos. Os conteúdos tendem a serem organizados diferentemente, criando-se temáticas como critérios para fazer os recortes e seleção de conteúdos escolares, condição que pode facilitar análises mais abrangentes, como o caso, por exemplo, da escravidão no mundo moderno que possibilita estudos sobre essa forma de trabalho e as continuidades de preconceitos e exclusões sociais em todo o continente americano.

Os objetivos do ensino da história da América são na perspectiva da História integrada os mesmos do ensino de história em geral, e se inserem na contribuição da história par a constituição de identidades e não mais exclusivamente na identidade nacional. A história social e cultural que serve de apoio a essa nova fase do ensino escolar possibilita problematizar as identidades múltiplas. Para além da identidade nacional, existe uma preocupação em identificar o sentido mais amplo dos *pertencimentos*, sejam de classe, étnicos, de gênero, religiosos, assim como regionais.

Essa perspectiva coloca novos problemas para o ensino de História, notadamente no que se refere na definição de conteúdos. Este problema, entretanto, é importante frisar, não

se coloca apenas para o caso brasileiro, mas para o conjunto de países latino-americanos conforme apontam algumas análises sobre a história da disciplina. Carmen Gonzalez Muñoz em estudo sobre os currículos dos países latino-americanos, incluindo o Brasil, aponta que, para além do desafio de selecionar conteúdos que possam atender as expectativas do atual público escolar, existem “*dificuldades para definir una historia propia que huya del eurocentrismo y de una periodización ajena y que dé cabida a poblaciones originarias...*” (Muñoz, 2002, p.276)

O estudo de Carmen Muñoz faz parte de uma renovação do ensino de história proposta pelo governo espanhol e ligado a um projeto mais amplo da Organização de Estados Iberoamericanos (OEI) que desde 1993 tem realizado encontros nos quais se debatem as possibilidades ampliar o conhecimento histórico de uma comunidade composta pelos países iberoamericanos.³

A iniciativa da OEI merece uma reflexão sobre seu significado, por se tratar de tentativas de âmbito governamental para a definição de estudos históricos relativos aos países latino americanos e que incluem a história de Portugal e a da Espanha. As finalidades desse esforço da parte governamental expressas em alguns dos documentos publicados indicam a preocupação em criar novas formas de identidades partindo da premissa que tais estados constituem “*um conjunto de raízes comuns de uma árvore que hoje se ergue frondosa e que se reconhece a si própria como uma comunidade ibero-americana*” e, a partir do reconhecimento dessa comunidade ampliar os estudos históricos para o nível secundário, visando ultrapassar os estudos de uma história nacional centrada na formação dos Estados criados a partir do século XIX:

A proposta é colocar no cenário público uma visão da História da Ibero-América que tenha em conta essencialmente os processos comuns que as nossas sociedades viveram no caminho já percorrido, o que não implica desconhecer os pontos de conflito que existiram e os longos desencontros que se produziram.” (OEI, O ensino de História da Ibero-América, 1999, p.5)

³ A Organização de Estados Ibero-americanos (OEI) da qual faz parte o Brasil, no âmbito da Educação, Ciência e Cultura, criou a Cátedra de História Iberoamericana que a partir de 1993 tem realizado encontros de especialistas da área de diversos países para viabilizar propostas de renovação curricular, de formação de professores e de produção de materiais didáticos para a educação secundária.

Trata-se, assim, de uma proposta que redefine as relações identitárias entre os povos latino-americanos e os europeus. As raízes européias situam-se nas regiões ibéricas e não mais nos países hegemônicos do continente europeu que até têm servido de referencial civilizatório.

No âmbito do Mercosul a preocupação dos estados envolvidos também segue uma trajetória semelhante, com tentativas de sensibilizar educadores para inclusão de estudos históricos sobre os países que o integram. Alguns poucos levantamentos realizados sobre o estado da questão, ou seja, o que alunos conhecem da história dos países vizinhos demonstraram que dominam um repertório bastante escasso sobre problemas sociais, políticos ou mesmo culturais dos países vizinhos.⁴

A proposta do Comitê Educativo do Mercosul envolve o ensino de História e Geografia visando favorecer a integração regional. Nesse sentido, as propostas sobre o ensino de História, decorrentes de Seminários realizados a partir de 1997 centraram-se na busca de temas comuns na perspectiva de uma história regional capaz de superar os limites de uma história nacional. Esta possibilidade pode se concretizar à medida que a produção historiográfica assim como a geográfica caminhe nessa direção, conforme aponta o historiador argentino Eujanian :

[...] Nos últimos anos a proliferação de estudos regionais tendeu à dissolução da visão nacional e à criação de condições para a reflexão sobre as relações realmente existentes entre alguns espaços regionais nacionais com regiões pertencentes a outros países limítrofes. (Eujanian, 1998, p.41)

Entretanto, quanto aos objetivos de constituições de identidades regionais o autor adverte:

Mas também não podemos trocar essa missão de construir consciências nacionais por aquela de outorgar às identidades regionais espaços multinacionais como o Mercosul, de um passado tão imaginário e, talvez mais artificial do que o anterior. (Eujanian, 1998, p. 42)

⁴ Cf. História comparada nas fronteiras do Mercosul: uma experiência entre instituições de ensino brasileiras e argentinas de Maria de Fátima Sabino Dias e Maria José Reis apresentada no II Seminário Bienal- Ensino de História e geografia no Contexto do Mercosul em dezembro de 1999.

Ao percorrermos a história da disciplina no que se refere à história da América na constituição de identidades é possível perceber mudanças quanto ao seu papel. A história da América como apêndice de uma história universal serviu para reforçar a identidade nacional criada para consolidar o pertencimento da nação criada pelo Estado uma civilização branca e cristã. A partir da necessidade de se projetar o futuro do país no mundo do capitalismo industrial, a América passou a ser apresentada em dois mundos separados e em constante confronto: o desenvolvido responsável pela dominação de um conjunto de países identificados como América Latina atrasado e subdesenvolvido. E, finalmente no decorrer dos anos de 1990 as finalidades do ensino de História da América passaram a integrar o conjunto de temas em fase de consolidação que remetem à constituição de identidades múltiplas, muitas delas ligadas aos projetos econômicos e políticos que buscam saídas para os países latino-americanos dentro do atual estágio do capitalismo.

As condições de ampliar os estudos sobre “a nossa América”, se considerarmos as propostas curriculares que circulam pelo país assim como a continuada produção didática tanto de manuais como de obras paradidáticas, são sem dúvida favoráveis. O problema que permanece, no entanto, refere-se à efetiva inserção dos conteúdos da história americana no cotidiano escolar. Professores e alunos dedicam-se a essas temáticas? Existem resistências quanto a esses conteúdos e a estas questões identitárias?

São indagações que nos remetem a outras reflexões sobre a história efetivamente ensinada e apreendida nas salas de aula e que exigem aprofundamentos sempre necessários da pesquisa sobre a história escolar.

Bibliografia

- Almeida, J. de (org.) Caminhos da História da América no Brasil. Tendências e contornos de um campo historiográfico. Brasília: ANPHLAC, 1998.
- Beired, José Luiz et al. - Os problemas do ensino de história da América. In Seminário perspectiva do Ensino de História. São Paulo: FEUSP, 1988, p.210-228.
- Bittencourt, Circe M. F. – Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In Karnal, L. (org.)- História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003, p. 185-204.

- Bittencourt, Circe M. F.- O percurso acidentado do ensino de História da América. In Iokoi, Z. e Bittencourt, C. (orgs.) Educação na América Latina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996, p.203-218.
- Dias, Maria de Fátima Sabino. A “invenção da América” na cultura escolar. Tese (Doutorado), FE/UNICAMP, Campinas, 1997.
- Eujanian, Diálogo e contatos entre a historiografia dos países americanos: uma visão na perspectiva Argentina, 1997.
- Gasparello, Arlette Medeiros- Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.
- II Seminário Bienal- Ensino de História e geografia no Contexto do Mercosul. Santiago; UNESCO, 2001.
- Marfan, Marilda Almeida (org.) O ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Muñoz, Carmen G. - Una respuesta didáctica a multiculturalidad: el tratamiento en aulas de educación secundaria de la historia común de Iberoamérica. Madrid: Comunidad de Madrid, 2005.
- Muñoz, Carmen G.- La enseñanza de la historia em el nivel médio. Situación, tendencias e innovaciones. Madrid: Anaya, 2002.
- Organização de Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura- O ensino de História da Ibero-América. Currículo- Tipo- Guia para o professor. Madrid, 1999.
- Rocha Pombo- Compêndio de História da América, Rio de Janeiro, Laemmert & C. Editores, 1900.
- Rocha Pombo- História da América para escolas primárias. Paris/ Rio de Janeiro, H. Garnier, 1904.